

Carta aberta aos Pais e Sociedade

Há profissões onde o desgaste se mede em horas.

Na monodocência, mede-se em **vidas**.

Enquanto sucessivos governos vão exibindo discursos plastificados sobre “bem-estar docente”, “flexibilidade curricular” e “escola inclusiva”, milhares de educadores de infância e professores do 1.º Ciclo continuam presos a um modelo de trabalho que mistura **exaustão e invisibilidade** (...)

A greve nacional convocada para 15 de junho surge, por isso, como um gesto raro de lucidez coletiva.

E, talvez por isso mesmo, profundamente incómodo.

Porque obriga o país a olhar para aquilo que há muito se tenta esconder atrás de powerpoints ministeriais e relatórios perfumados: a monodocência, em Portugal, continua a ser tratada como uma espécie de sacerdócio rural do século XIX.

Com menos respeito. E muito mais burocracia.

MPM

MOVIMENTO DE PROFESSORES
EM MONODOCÊNCIA

A monodocência: o modelo onde um professor faz de tudo

O discurso oficial gosta de romantizar o professor em monodocência.

É “a figura de referência”, o “ pilar afetivo”, “o elo de proximidade”.

Traduzindo para português corrente: é o profissional que faz tudo aquilo que o sistema não quer distribuir por mais ninguém.

Ensina múltiplas disciplinas, resolve conflitos, acompanha famílias., preenche plataformas. substitui técnicos inexistentes, faz mediação emocional, executa tarefas administrativas, garante vigilâncias, organiza atividades.

E, no final, ainda tem de sorrir para a fotografia institucional do “sucesso educativo”.

Tudo isto numa **carga letiva semanal** que continua **profundamente desajustada** da realidade concreta da profissão.

Reduções horárias: uma desigualdade institucionalizada

Enquanto outros docentes de outros ciclos beneficiam de reduções efetivas da componente letiva em função da idade e do tempo de serviço, os monodocentes continuam presos a um modelo que parece desenhado por alguém que nunca passou um dia inteiro numa sala do 1.º Ciclo ou da Educação Pré escolar

Um professor de 58 ou 60 anos continua frequentemente entregue a turmas inteiras durante praticamente todo o horário letivo. Sem pausas reais. Sem repartição disciplinar equilibrada. Sem condições físicas minimamente compatíveis com décadas de desgaste acumulado.

E o mais extraordinário é que isto foi sendo normalizado.

Como se envelhecer neste níveis de ensino fosse um detalhe estatístico.

Como se o desgaste vocal, físico, emocional e cognitivo fosse uma invenção corporativa.

Como se acompanhar crianças pequenas durante horas consecutivas fosse comparável a um modelo de trabalho fragmentado por disciplinas.

Não é.

E toda a gente sabe que não é.

A tutela: especialistas em empatia performativa

O Ministério da Educação tornou-se exímio numa arte muito portuguesa: fingir escutar enquanto adia.

Criam-se grupos de trabalho. Anunciam-se “reflexões”. Produzem-se documentos intermédios. Lançam-se consultas públicas onde já se conhece previamente o destino das conclusões.

Entretanto, os profissionais envelhecem. A profissão perde atratividade.

Os horários degradam-se.

E o desgaste transforma-se em abandono silencioso.

Há qualquer coisa de particularmente cruel nesta gestão política da monodocência: **o sistema depende destes profissionais para funcionar, mas recusa-lhes o reconhecimento estrutural mínimo.**

Querem resultados excelentes. Mas sem investimento sério.

Querem inclusão. Mas sem condições humanas.

Querem estabilidade emocional nas escolas.

Mas **continuam a tratar quem sustenta emocionalmente essas escolas como mão de obra infinitamente reciclável.**

O calendário escolar único: quando a “medida excecional” se transformou em castigo permanente

Houve um tempo em que o prolongamento do calendário escolar no Pré-escolar e no 1.º Ciclo foi apresentado como resposta extraordinária às perdas provocadas pelos confinamentos da pandemia

Era esse o discurso.

Mas, em Portugal, há sempre uma estranha vocação política para eternizar exceções quando elas permitem ao Estado poupar dinheiro ou substituir respostas sociais que deveriam competir a outras estruturas.

E assim chegámos ao absurdo atual: enquanto os alunos de outros Ciclos terminam as aulas, este ano, a 12 de junho (ou até mesmo antes), educadores de infância e professores do 1.º Ciclo continuam em funções até 30 de junho. Mais quase três semanas. Mais desgaste. Mais desgaste invisível. Porque o país insiste em fingir que trabalhar com crianças pequenas é uma espécie de recreio pedagógico prolongado.

Não é.

Aliás, qualquer profissional minimamente sério da Educação sabe que o final de junho, sobretudo no 1.º Ciclo e na Educação Pré-escolar, corresponde frequentemente a um período de enorme desgaste físico e emocional.

As rotinas quebram-se. O calor aumenta. O cansaço acumulado explode. A capacidade de concentração das crianças diminui drasticamente. E os profissionais continuam obrigados a assegurar atividades, vigilância, ocupação e contenção emocional.

A Escola Pública passou lentamente a funcionar como extensão social das dificuldades laborais das famílias e da ausência de respostas estatais complementares.

Ora, importa dizê-lo sem medo das palavras:

- a Escola não pode ser encarada como o braço armado da Santa Casa da Misericórdia.

A função da Escola é educativa.

Não é servir de entreposto ocupacional porque **o país não consegue articular políticas sérias de apoio às famílias, tempos de trabalho dignos ou respostas sociais adequadas.**

Transformar educadores e professores em gestores permanentes da insuficiência do Estado Social é uma perversão política perigosíssima. E profundamente injusta.

Mais grave ainda: esta diferenciação de calendários cristaliza uma ideia particularmente ofensiva, a de que os profissionais da monodocência “aguentam mais”. Aguentam mais horas. Aguentam mais desgaste. Aguentam mais calor. Aguentam mais ruído.
Aguentam mais tudo.

Até quando?

A manutenção deste calendário desigual é mais uma demonstração de como **a tutela continua a olhar para o Pré-escolar e para o 1.º Ciclo não como níveis de ensino exigentes e especializados, mas como espaços híbridos entre ensino, assistência social e depósito institucional de crianças.**

E depois admiram-se da crescente falta de professores.

O espanto, neste caso, já nem chega a ser hipocrisia.

É apenas incompetência com horário prolongado.

A greve que os “grandes” nunca quiseram fazer

Aqui entra a questão politicamente mais desconfortável.

Durante anos, as grandes estruturas sindicais orbitantes da FENPROF e da FNE foram incapazes, ou talvez desinteressadas, de assumir frontalmente esta luta específica da monodocência.

Independentemente da adesão concreta, esta greve obriga finalmente o debate público a sair da conversa decorativa sobre “valorização docente”.

Porque valorizar não é publicar mensagens bonitas no Dia do Professor.

Valorizar é redistribuir carga letiva.

É garantir reduções dignas.

É proteger fisicamente quem envelhece na profissão.

É reconhecer que a monodocência intensiva deixou de ser sustentável.

O problema já não é pedagógico: é civilizacional

A degradação das condições dos monodocentes **não afeta apenas professores.**

Afeta crianças.

Afeta famílias.

Afeta a qualidade da escola pública.

Um sistema que esmaga os seus profissionais mais próximos da infância está, no fundo, a declarar quanto vale realmente a infância no seu projeto político.

E talvez seja esta a pergunta que mais incomoda:

- Que sociedade aceita com naturalidade que profissionais exaustos continuem a carregar às costas a parte mais delicada do sistema educativo?

A resposta vê-se todos os dias.

Nos discursos oficiais cheios de humanismo sintético, nas reformas adiadas, na coragem seletiva de certas estruturas sindicais.

E na extraordinária capacidade do Estado português para pedir sacrifícios eternos aos mesmos de sempre.

José Manuel Alho (in <https://shre.ink/3e7q>)